



## ESCOLAS ÉTNICAS NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL: A NACIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA DAS ESCOLAS DOS IMIGRANTES (1937-1945)<sup>1</sup>

Lúcio Kreutz<sup>2</sup>

### Resumo

O texto *Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: A nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945)*, trata do processo de nacionalização do ensino no Brasil, com ênfase na nacionalização compulsória sob o paradigma da uniformização cultural, entre 1937-1945, em momento histórico de forte acento nacionalista, salientando as consequências desse processo para a cidadania dos imigrantes. A análise foi realizada na perspectiva da história cultural, entendendo-se etnia como um dos elementos constituintes do processo histórico. Como resultado de pesquisa é possível afirmar que a escola, chamada a ter um papel central na configuração de uma identidade nacional, tomou-se um fator de incentivo à exclusão de processos identitários étnicos, construindo uma representação das etnias que melhor correspondesse à edificação do projeto nacional.

**Palavras-chave:** Escolas étnicas no Brasil; Formação do estado nacional; Nacionalização compulsória Escolas dos imigrantes (1937-1945).

### Resumen

El artículo *Escuelas étnicas en Brasil y en la formación del Estado nacional: La nacionalización obligatoria de las escuelas para inmigrantes (1937-1945)*, se propone analizar el proceso de nacionalización de la educación en Brasil, con énfasis en la nacionalización obligatoria en el marco del paradigma de la uniformidad cultural, entre 1937 - 1945, en el momento histórico de fuerte acento nacionalista, señalando las consecuencias de este proceso a la ciudadanía para los inmigrantes. El análisis se realizó desde la perspectiva de la historia cultural, que se entienda etnia como uno de los elementos que constituyó el proceso histórico. Como resultado de la investigación se puede decir que la escuela, llamada a desempeñar un papel central en la conformación de una identidad nacional, se convirtió en un factor que alimenta la exclusión de los procesos de identidad étnica, y construyó una representación de los grupos étnicos que mejor corresponde con la construcción del proyecto nacional.

**Palabras-clave:** Escuelas étnicas en Brasil; Formación del Estado nacional; Nacionalización de la enseñanza obligatoria a los inmigrantes (1937-1945).

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no seminário **PORTUGAL-BRASIL NA PERSPECTIVA DA SAGA MIGRANTE: CULTURA ESCOLAR E CIDADANIA**, Eixo Temático: “Políticas educativas e cidadania”, Coordenado pela Professora Doutora Neide Almeida Fiori (UNISUL).

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul/ UCS.

## Introdução

A população brasileira caracteriza-se pela pluralidade étnica, o que foi e continua sendo um desafio para as políticas educacionais: como conjugar a pluralidade de culturas e a polifonia de línguas com a formação do Estado Nacional de raízes histórico-culturais lusas? A dimensão étnica não se dá no abstrato, mas ocorre nas relações sociais, num jogo de poder. O pertencimento étnico não é uma realidade muda. É fonte de sentido e de construção do real. A consciência que a dinâmica de uma sociedade ocorre no entrecruzamento de interesses, muitas vezes contrapostos, indica a necessidade de se entender como a escola atua e atuou diante do desafio da diversidade de culturas. Favoreceu o diálogo entre culturas ou o emudecimento das mesmas?

Entre 1819 e 1947, o Brasil recebeu em torno de 4.900.000 imigrantes de diversas etnias. Não tendo escolas públicas à disposição, os imigrantes que provieram de países com tradição escolar começaram a organizar escolas comunitárias. Não existe dado exato do número de escolas étnicas existente no Brasil. Dependendo das fontes pesquisadas encontramos diferenças em seus números, e, algumas vezes, bastante acentuadas. Mesmo existindo essa controvérsia, o Brasil chegou a ter em torno de 2.500 escolas étnicas em 1930. Dessas escolas, 1.579 eram de imigrantes alemães (LEHRERKALENDER, 1931), 396 de imigrantes italianos (TRENTO, 1989), 349 de imigrantes poloneses (WACHOWICZ, 1970) e 178 de imigrantes japoneses (VÁRIOS AUTORES, 1992). Estudos mostram que a maneira como a nacionalidade foi se constituindo nos diversos países tem a ver com a tendência de afirmação da unidade, estabelecendo-se gradativamente um espaço hierarquizado em que se definia o que seria entendido como verdadeiramente nacional e o que seria excluído dessa compreensão. O objetivo da comunicação é apresentar o processo de nacionalização do ensino no Brasil, com ênfase na nacionalização compulsória sob o paradigma da uniformização cultural, entre 1937-1945, em momento histórico de forte acento nacionalista, salientando as consequências desse processo para a cidadania dos imigrantes. Quanto à delimitação, a comunicação restringe-se aos imigrantes alemães do Rio Grande do Sul, não obstante faça referências às medidas de nacionalização do ensino de âmbito nacional, válidas, portanto, também para o processo escolar dos outros grupos étnicos. A análise foi realizada na perspectiva da história cultural, entendendo-se etnia como um dos elementos constituintes do processo histórico. Como resultado de pesquisa é possível

afirmar que a escola, chamada a ter um papel central na configuração de uma identidade nacional, tomou-se um fator de incentivo à exclusão de processos identitários étnicos, construindo uma representação das etnias que melhor correspondesse à edificação do projeto nacional. Independentemente de origem social e cultural, de experiências vivenciadas, o aluno era simplesmente aluno, não retratando sua história cultural. Assim, o que para uma etnia pode ser um percurso de afirmação, para outras foi um processo problemático e, por vezes, traumático.

### **As escolas da imigração alemã no RS**

A chegada dos imigrantes alemães católicos no Brasil foi marcada pela divergência entre Igreja e Estado em relação à competência quanto ao processo escolar. A Igreja Católica tinha nas escolas paroquiais um grande ponto de apoio para a sua ação pastoral. Com a difusão da escola pública, na Alemanha, na primeira metade do século XIX, avocava-se o direito do Estado pela educação, cabendo-lhe o direito de definir seus princípios e de organizá-la. Isto afetou diretamente a Igreja Católica, que insistia no princípio de que a questão escolar competia por natureza à Igreja e à família, competindo ao Estado apenas uma função complementar.

Os jesuítas foram expulsos da Alemanha, em 1872, em decorrência deste confronto de competências. Acompanhados de outras ordens e congregações religiosas hostilizadas em países europeus, em função do crescente avanço do liberalismo, instalaram-se em número significativo nas regiões de imigração, no Brasil, dedicando-se à organização de um processo educacional alicerçado em escolas paroquiais e na imprensa pedagógica, com ênfase na dimensão étnico-cultural, especialmente língua materna. Os padres Schupp (1974), Lutterbeck (1977), Amstad (1924), Rambo (1956) e Rabuske (1974) realçam a vinculação entre padres jesuítas, projeto religioso e função da escola. A configuração desta perspectiva dava-se nas escolas paroquiais comunitárias, amplamente difundidas entre imigrantes alemães católicos. Neste contexto os imigrantes alemães católicos criaram a Associação de Professores de Imigrantes Alemães Católicos (Lehrerverein), em 1898, o *Jornal do Professor* (Lehrerzeitung), em 1900, e a Escola Normal (Lehrerseminar), em 1923. Também promoveram encontros de estudo, de atualização dos professores e investiram principalmente na produção de material didático adequado aos objetivos de suas escolas

étnicas. Neste sentido incentivaram a produção de livros escolares específicos para as escolas da imigração.

Em relação a essas escolas existiam diferenças em sua natureza. Tratava-se de escolas urbanas, escolas de ordens religiosas e escolas étnico-comunitárias em área rural. As escolas urbanas eram laicas, regra geral haviam sido de muito boa qualidade, mantidas por associações de imigrantes que estavam vinculados ao comércio, à indústria e às profissões liberais, por meio de associações. As escolas de ordens religiosas também estavam vinculadas a centros urbanos e eram confessionais, exercendo função relevante na formação de lideranças. Já as escolas étnico-comunitárias de área rural foram assumidas pelas comunidades de imigrantes e retratavam aspectos culturais importantes da etnia, como a língua e os costumes.

### **As políticas de nacionalização do ensino**

O processo escolar foi se configurando principalmente a partir da influência do iluminismo no momento de afirmação dos Estados-Nação, a partir da segunda metade do século XVIII. Entendia-se que o sistema educacional teria que ser submetido ao controle estatal, tendo como referência um estado comprometido com uma visão do “moderno”, do “laico” e com valores descritos como “civilizados”, “iluminados”.

Buscava-se uma universalização do conceito de povo e de nação, desconsiderando-se as especificidades e as diferenciações culturais dos grupos humanos que formavam o Estado-Nação. O processo escolar foi acionado em função desta universalização e concebido em função dos grandes projetos político-sociais, para transmitir e generalizar os princípios da justiça e da igualdade, sendo que o lugar social e cultural a partir da qual esta universalização estava sendo definida era o de uma única tradição cultural. Forçou-se uma homogeneização a partir de certos núcleos de adesão, realizou-se um movimento de integração e exclusão ao descrever grupos, ao impor espaços, ao conferir a palavra ou negá-la. Na formação dos estados nacionais era preciso criar centros de identificação básica para a nacionalidade. Neste sentido, institucionalizou-se uma língua em detrimento das demais e em relação às diversas etnias, construiu-se a representação que melhor correspondesse à edificação do projeto nacional. Este discurso oficial, linear, não retratava as tensões e os mecanismos de seleção/exclusão, de autorização/silenciamento, presentes no processo

histórico, sempre com uma carga muito forte de tensões, conflitos e alianças (HOBSBAWM, 1990; BERND, 1932; ANTELO, 1994).

O processo de nacionalização do ensino no Brasil ocorreu de forma compulsória entre 1937-1945. Entretanto, sempre foi possível verificar, desde o início da imigração no país, uma preocupação do Governo das Províncias para as escolas étnicas. Segundo Paiva (1987), no Rio Grande do Sul, por exemplo, estabeleceu-se não só uma remuneração especial para os professores nas escolas de imigrantes que ensinassem o português, como também se autorizava a contratação de professores para as escolas públicas da região colonial que utilizassem a língua da região, em não havendo professores com habilitação para tal objetivo. Ainda, com a Lei n. 579 de 1864, transparecia o claro objetivo de incentivar o vernáculo.

O processo de nacionalização se deu de forma progressiva. Concomitantemente às iniciativas dos governantes em diversos estados, no sentido de favorecer a nacionalização das escolas étnicas, por exemplo, inaugurando escolas públicas nas localidades em que havia escolas étnicas, o governo da União iniciou, em 1918, subvenções federais para a nacionalização do ensino. Willems (1946) afirma que a partir de 1920 as escolas públicas eram em maior número que as escolas paroquiais e particulares nos núcleos coloniais menores. Mesmo havendo ressalvas às escolas públicas por motivos religiosos, parte dos imigrantes alemães optava pelas mesmas, pelo fato de serem gratuitas e não sobrecarregavam o orçamento familiar, já bastante apertado.

O Jornal do Professor da Imigração Alemã Católica, de 1937, registrava que parte da população alemã do Estado do Rio Grande do Sul recorria à escola pública, deixando de contribuir para a escola paroquial. Também em 1939 o mesmo jornal do professor retoma a observação, informando que,

algumas de nossas escolas privadas acabaram. Trata-se, na maior parte dos casos, de escolas com poucos alunos. [...] Algumas acabaram porque não se tinha à mão terra e moradia para o professor. [...] Outras escolas paroquiais também fecharam porque na vizinhança se abriu novas escolas gratuitas e públicas. Foi o impacto das circunstâncias que levou estas escolas a encerrarem livremente suas atividades (LZ, jan.1939, p. 2).

O Jornal do Professor Católico (LZ, 1935, n. 7, p. 71) também se referia aos problemas que vinham sendo enfrentados pela escola pública. Dentre esses problemas era bastante gravoso a questão da língua, que proporcionava baixa aprendizagem para os alunos que tinham grandes dificuldades de entender os professores. Juntamente com esse problema,

ocorriam muitas desistências dos professores nessas escolas públicas, que ocasionavam constantes trocas e remanejamentos, já que se sentiam completamente isolados nos núcleos rurais étnicos.

A partir de 1937, a nacionalização deixou de ser progressiva passando a ser compulsória. Segundo J.P. Coelho de Souza<sup>3</sup> (1941), o Governo do RS adotou medidas preventivas e repressivas, sendo que as medidas preventivas ainda eram divididas em extra-escolares e escolares.

Dentre as mais importantes medidas extra-escolares temos:

- ☞ Parada da Juventude Brasileira, no dia 5 de setembro;
- ☞ Caravanas Nacionalistas, que percorreram todo o Estado;
- ☞ Caravanas de “coloninhos” ou “gauchinhos”, ocasião em que todo o ano, 500 ‘coloninhos’ ficavam na capital do Estado durante 7 dias para participar das comemorações cívicas.

Já entre as medidas preventivas escolares destacaram-se:

- ☞ rigorosa nacionalização do sistema escolar particular;
- ☞ desdobramento da rede escolar pública;
- ☞ criação do Corpo de Delegados Escolares Regionais e de Orientadores Técnicos, descritos por Coelho de Souza (1941, p. 77) como “um corpo de fiscais. Distribuídos por todos os municípios, com uma Superintendência Regional, vigiavam, permanentemente, estes colégios”;
- ☞ nomeação de professores para a rede pública estadual, sendo nomeados 1.222 professores de Letras e 59 de Música e Desenho, sendo que destes apenas 148 foram designados para as regiões de colonização;
- ☞ criação de novas unidades escolares, em maior número possível, sendo que em 1941 já havia 452 grupos escolares no RS, em contraponto aos 170 existentes em 1937, salientando-se que estavam em processo de instalação, nesse período, mais 49 prédios escolares urbanos e 79 rurais.

As medidas repressivas de nacionalização de ensino foram adotadas a partir de 1938, principalmente nos núcleos em que havia resistência. Dalbey (1969) cita que ocorreram

---

<sup>3</sup> J. P. Coelho de Souza era Secretário da Educação no Rio Grande do Sul durante o período da nacionalização do ensino e refere-se às medidas adotadas em seu livro *Denúncia*.

casos em que a animosidade se radicalizou, inclusive com ações policiais invadindo domicílios e cemitérios, arrancando inscrições já existentes há cinquenta ou mais anos em túmulos.

Nessa fase repressiva, desembocou a nacionalização do ensino em forte acirramento de ânimos, com a prisão de professores, vistoria de material escolar das crianças no caminho da escola, na destruição de obras e documentos históricos e culturalmente valiosos.

O Decreto n. 7.212 de 06 de abril de 1938 foi a primeira legislação específica, no Rio Grande do Sul, sobre a nacionalização do ensino, assinado pelo Sr. Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no estado. Ainda em 1938, foi emitido o segundo decreto, o de n. 7.247 de 23 de abril, assinado pelo Secretário da Educação J.P. Coelho de Souza, que complementava os dispositivos do decreto anterior, dispondo instruções sobre o registro das escolas particulares na Diretoria da Instrução Pública.

Esses decretos estaduais previam, essencialmente, o que seria determinado nos sucessivos decretos federais, traçando estratégia de criação do maior número possível de escolas públicas na região colonial com o seu aperfeiçoamento qualitativo, a prescrição de livros escolares das escolas públicas e do idioma nacional obrigatório, a nacionalização dos estabelecimentos particulares de ensino por meio da regulação severa para a licença de professores.

No âmbito federal, a regulamentação da nacionalização do ensino iniciou com o Decreto n. 406 de maio de 1938, que se dirigia diretamente para as escolas rurais, que eram as que aparentemente representavam maior perigo. Esse decreto foi seguido do de n. 1.545 de 25 de agosto de 1939, considerado como o mais importante. Este proibia que a direção da escola ficasse a cargo de estrangeiro, que se fizesse uso de língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas, que a Educação Física ficasse ao encargo de um oficial das Forças Armadas, indicado pelo comandante militar da região. Instruía ainda aos Secretários de Educação Estaduais a construir e manter escolas em áreas de colonização estrangeira para a estimulação do patriotismo por parte dos estudantes, sendo que deveriam fiscalizar o ensino das línguas estrangeiras e intensificar o ensino de história e geografia do Brasil. Ainda tivemos o decreto 1.006 de 10 de dezembro de 1939, o Decreto 2.072 de 08 de março de 1940 e o Decreto 3.580 de 3 de setembro de 1941, que complementavam o processo de nacionalização em diversos aspectos, o que significou efetivamente o término das escolas étnicas de imigrantes.

## **A nacionalização do ensino e seus impactos para os imigrantes no RS**

As escolas da imigração eram vistas pelo Secretário da Educação do Estado do RS, J. P. Coelho de Souza, como “um indício seguro de resistência local antibrasileira e que se exigia o empenho máximo do Governo em extirpar este foco nazista” (KREUTZ, 2005, p. 78).

Para Coelho de Souza, apenas as escolas teuto-brasileiras significavam perigo, sendo que os núcleos italianos, judeus, poloneses e japoneses não eram objeto de preocupação para o governo do estado por nacionalizarem-se sem resistência:

Na colônia italiana, [...] o problema da nacionalização, em rigor, não existe. Havia em toda a zona cerca de 30 escolas particulares. Refiro-me às escolas, porque constituem índice seguro de resistência local anti-brasileira mantidas pelas paróquias, já nacionalizadas, um ano antes de se iniciar a ação governamental, de ordem do Bispo de Caxias. [...] Os judeus possuem duas ou três escolas, que se nacionalizaram sem resistência. [...] Os núcleos poloneses e japoneses não chegam a constituir, ainda, objeto de preocupação para o governo do estado, dada a sua pequena extensão, embora nos primeiros se registrassem, antes da guerra, manifestações de desintegração brasileira (COELHO DE SOUZA, 1941, p. 12).

Já quanto às escolas da imigração alemã o Secretário de Educação Coelho de Souza afirmou:

Problema, sem dúvida gravíssimo e de difícil solução, é o que oferece a zona colonial alemã [...]. A colônia alemã oferece uma organização capaz de provocar a atenção e a preocupação governamentais. [...] A ação germanizadora do nazismo introduziu-se subrepticamente na chamada população teuto-brasileira. Para tanto dominaram as escolas particulares às centenas espalhadas pelo estado. [...] Esse domínio, tomado absoluto, foi conseguido por meio de subvenções distribuídas pelo consulado alemão de Porto Alegre [...]. Dominadas as escolas, eram então catequizados os alunos. Através desses obtinham os agentes pardos o apoio das mães. E as mães, estavam certos, arrastariam os pais (COELHO DE SOUZA, 1941, p. 22-24).

Para J. P. Coelho de Souza, não havia problemas de nacionalização nas escolas urbanas de imigrantes e nem nas escolas de ordens religiosas, residindo o problema apenas nas escolas étnicas rurais. Salieta Coelho de Souza que as escolas urbanas, pela sua vinculação com o meio social e cultural mais amplo, adaptaram-se mais facilmente às medidas de nacionalização.

Dada a alegada resistência em relação às medidas de nacionalização pela imigração alemã em área rural, defendeu o Secretário de Educação a regulamentação de novo decreto, de 12 de dezembro de 1938, que fechava 241 escolas particulares, quebrando-se, assim, de forma definitiva, com a oposição dos imigrantes alemães. Todavia, os dados divulgados pelo

Interventor Federal no estado, Sr. Oswaldo Cordeiro de Farias, em relação às escolas étnicas alemãs, eram bem menores, afirmando que apenas 91 escolas, de um montante de mais de duas mil escolas dessa região, foram proibidas de funcionar (CORDEIRO DE FARIAS, 1942). Nos levantamentos feitos pelas Associações de Professores da Imigração Alemã, católica e evangélica, acerca da questão escolar, a partir da década de 1920, são apresentados o nome de cada professor, da escola, o número de alunos e a localidade em que estava situada a escola. Por esses levantamentos eram 1.041 escolas da imigração alemã no período da nacionalização, 1.226 professores e 45.576 alunos. Esses levantamentos eram publicados na imprensa desse grupo de imigrantes, sendo que entre os católicos foram feitas pelo *Lehrerzeitung* (Jornal do Professor), *Familienfreundkalender* (anuário católico) e pelo *Deutsches Volksblatt* (jornal católico).

O Secretário da Educação do RS, Coelho de Souza, relatou alguns episódios do alegado conflito entre os imigrantes alemães e o governo. Denominou-o como “denúncias contra a escola teuto-brasileira”.

O primeiro desses episódios estava relacionado com a Escola Normal de Novo Hamburgo. Relata que estava na cidade de Novo Hamburgo em viagem de inspeção, quando atendeu ao convite do Sr. Leopoldo Petry, Presidente da Sociedade União Popular, para participar dos festejos do Dia do Colono e visitar a Escola Normal Católica. Afirma que na ocasião um aluno teria proferido discurso em que era feita uma rude crítica à Campanha de Nacionalização do Ensino, em que se declarava a necessidade de culto à tradição germânica e que todos os habitantes do Rio Grande do Sul deveriam seguir as leis alemãs (COELHO DE SOUZA, 1941, p. 112). Relatou, ainda, o Secretário que imediatamente teria rebatido o discurso e ao retornar a Porto Alegre teria dado ciência do fato ao Sr. Interventor Cordeiro de Farias e ao arcebispo Dom João Becker, sendo que ambos teriam desaprovado o ocorrido de forma veemente. Instalado inquérito, ter-se-ia concluído que o incidente comprovava a existência de mentalidade antinacionalista no Brasil, a existência de desejo de absoluta integração brasileira por parte dos descendentes de imigrantes e a existência de um contraste entre a moderação e o anseio de colaboração do Governo no problema da nacionalização e a agressividade dos elementos que pretendem embará-la. Com o resultado do inquérito foi o Pe. Miguel Meyer, SJ, demitido da direção da Escola Normal de Novo Hamburgo, e o Prof. Reynaldo Krauspenhaar, considerado inspirador do aluno que

proferiu o “inoportuno” discurso, foi excluído do corpo docente e recomendado a procedimento policial (COELHO DE SOUZA, 1941, p. 177-8).

A análise desse episódio demonstra uma acusação apressada, típica de um clima de exaltação de ânimos. O Secretário Coelho de Souza, ao demitir o Diretor e recomendar o professor para procedimento policial afirmou que “cumpre notar que estas medidas repressivas foram tomadas com a aprovação e os aplausos da alta autoridade eclesiástica” (COELHO DE SOUZA, 1941, p. 117-8). Entretanto, consta no Jornal do Professor Católico (LZ, 1933, n. 2-3) que o Pé Miguel Meyer fora nomeado para a direção da escola pela própria Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Ainda, ao ser questionado se o Pe. Miguel Meyer e os demais religiosos pertencentes às ordens religiosas de origem alemã eram nazistas, posicionou-se o Secretário Coelho de Souza de forma negativa. O *Lehrerseminar* católico vinha sendo, por anos, o responsável pela organização e publicação do *Lehrerzeitung* católico, sendo, um espelho da postura ideológica do corpo docente e do Diretor da Escola Normal. Era nítida a defesa do *Deutschtum*, isto é, a importância do cultivo dos valores culturais, por motivos religiosos, sem qualquer insinuação quanto ao nazismo.

Outro episódio narrado pelo Sr. Secretário como de conflito entre imigrantes alemães e o Governo diz respeito a dois ofícios que lhe foram enviados pelo Sr. Francisco Salles Guimarães, fiscal do ensino particular em Santa Rosa. Juntamente com o primeiro ofício, este oficial havia enviado um caderno escrito em alemão por uma irmã da professora da escola da Linha Dr. Pedro Toledo, e, no segundo ofício, havia se queixado do Pe. Rauber, vigário de Campina das Missões, que teria sido flagrado rezando o terço em alemão junto a uma família de pessoa moribunda, já no dia seguinte ao das longas preleções do Inspetor sobre a necessidade do uso do português, e considerava-o grave insulto e desrespeito às recomendações oficiais (COELHO DE SOUZA, 1941).

Também é narrado por Coelho de Souza que ao assumir seu cargo de Secretário de Educação, outros três Secretários também foram empossados: o Diretor do Ensino Italiano, o Diretor do Ensino Luterano alemão e o Diretor do Ensino alemão católico. Afirma que a nomeação desses secretários podia ser considerada um insulto à autoridade governamental, pois os mesmos significavam resistência ao processo de nacionalização (COELHO DE SOUZA, 1941). Neste caso específico, trata-se dos coordenadores da atividade escolar das Associações de Professores das escolas étnicas, figura que já existia há mais de trinta anos.

Em relação a esse episódio é importante analisar que:

As associações de professores, tanto de católicos, quanto do Sínodo Rio-Grandense, já existiam há mais de 37 anos. No caso católico, o presidente da associação mantinha intercâmbio constante com os associados, com os professores, com as escolas e com comunidades teuto-brasileiras, seja através do jornal da própria associação (*Lehrerzeitung*), ou através do *Deutsches Volksblatt* ou ainda do *Familienfreundkalender*. Em nenhum momento, aparece a mínima referência no sentido de que o presidente da Associação de Professores Imigrantes alemães fosse, além de suas competências registradas no Regimento da Associação, reconhecido pelo poder público. Ao contrário, a imprensa do período retrata os presidentes da Associação dos Professores Imigrantes alemães Católicos como pessoas honradas que há mais de 30 anos se dedicavam à causa escolar, organizando com recursos comunitários o que, segundo o próprio Coelho de Souza, era dever do Estado. Até sua posse, as escolas teuto-brasileiras não só haviam sido permitidas pelas autoridades governamentais, com a exceção de seu fechamento entre 1917 e 1919, mas também haviam sido incentivadas e frequentemente reconhecidas publicamente como um empreendimento heróico por parte dos imigrantes alemães. Dizia-se que estes haviam compensado, com uma corajosa iniciativa particular comunitária, a sucessiva omissão dos governos (KREUTZ, 2005, p. 82).

A partir de 1970 iniciou-se uma série de estudos sobre o tema da nacionalização do ensino no RS, após 30 longos anos de silêncio. Neide Fiori (2005), em Santa Catarina e Valquíria E. Renk (2005), no Paraná, apresentam resultados de pesquisa sobre o processo de nacionalização do ensino nos respectivos estados, com contingente significativo de imigrantes. Também nos outros estados brasileiros com escolas étnicas, a questão da nacionalização do ensino foi e continua sendo objeto de estudo. Nesses estudos demonstrase que a nacionalização teve peculiaridades regionais e de estado, conforme a história política e a inserção dos imigrantes na dinâmica social dos respectivos estados. Entretanto, ainda são poucos os documentos e depoimentos explorados, impossibilitando que se possa considerar tais estudos conclusivos.

Importante referir, como indicações, dentro desses limites de estudo, algumas visíveis consequências do processo de nacionalização do ensino para a imigração alemã. Dentre essas consequências temos uma acentuada e indiscriminada destruição de livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos do período, que compunham a memória histórica. Foram destruídos pelos agentes de nacionalização e também pelos próprios imigrantes como auto-defesa. Com isso tivemos perdas que parecem irreparáveis, como o *Allgemeine Lehrerzeitung* e o *Das Schulbuch*, que até o presente momento ainda estão bastante incompletos.

Com as políticas de nacionalização do ensino, criou-se um clima de tensão e medo na região colonial dos imigrantes e a proibição da língua materna, que era fator de identificação

étnico-cultural e religiosa, atingiu a nova geração que passou a um constrangedor silêncio sobre sua própria identidade.

O processo de nacionalização foi conduzido numa perspectiva de muita imposição, com quase nenhum diálogo pelo Secretário de Educação, Sr. Coelho de Souza e pelo Chefe de Polícia Major Aurélio da Silva Py, ocasionando um ambiente antipedagógico que refletia negativamente na qualidade do ensino e da aprendizagem de toda uma geração. Com o afastamento dos professores, com a destruição do material didático e com a proibição da língua alemã, a escola se tomou estranha para o aluno da imigração, seja pela língua, seja pelo método de ensino.

As escolas étnicas rurais foram privadas do professor. Diversos desses foram presos durante o processo de nacionalização, fazendo com que se desestruturasse a rede de organização das comunidades. No meio rural, toda a estrutura necessária para a viabilização de atividades econômico-sociais, artísticas e religiosas era assumida de forma comunitária, tendo sido o professor uma das lideranças mais expressivas nesses núcleos rurais.

É importante salientar que, com o processo de nacionalização, a Igreja Católica e o Estado, que possuíam nítida contradição de princípios quanto à competência da escola, amenizaram suas diferenças, passando a Igreja a reconhecer um direito inalienável do Estado na educação e no ensino, a sugerir convênios entre a Igreja na promoção da escola e do ensino e a suspender formalmente as sanções que haviam sido prescritas para os pais que enviassem seus filhos para a escola. Tendo mudado as circunstâncias políticas, mudou o princípio que tanto defendera décadas antes, no sentido de que somente competia à Igreja Católica o direito de definir e gerir o processo educacional.

Parece-me que a forma de utilização da política de nacionalização do ensino e as suas consequências para a população teuto-brasileira não param por aqui, sendo tema de bastante importância que ainda merece atentos e detalhados estudos. Entendo, todavia, que não se pode atribuir apenas à Campanha de Nacionalização do ensino o fim da escola teuto-brasileira. Nesse período histórico, as escolas étnicas já se encontravam em franco processo de transformação, sendo que os professores da imigração já vinham sendo aconselhados pela igreja a fazer concurso público, o que desoneraria a comunidade do pagamento de seu salário, e os pais das crianças buscavam a escola pública, seja por motivo econômico, seja para que os filhos aprendessem melhor o português. A política de

nacionalização, a meu ver, apenas precipitou esse processo, desarticulando e desmobilizando as escolas comunitárias.

## Referências

AMSTAD, SJ, Pe. Theodor. **Hundert Jahre Deutschum in RS, 1824-1924**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

ANTELO, R. (Org.). **Identidade e representação**. Florianópolis: UFSC, 1994.

BERND, Z. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CORDEIRO DE FARIAS, Cel. Oswaldo. **Nacionalização**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1942.

DALBEY, Richard. **The german private schools of southern Brazil during the Vargas years, 1930-1945: german nationalism vs. brasilian nationalization**. Indiana University, USA, 1969 (Tese de Doutorado em Filosofia).

FIORI, Neide Almeida. A nacionalização do ensino em Santa Catarina: tempos de guerra e de controle político-cultural. In: Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, n. 13, nov. 2005, p. 105-120.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 13, nov. 2005, p. 65-90.

LEHRERKALENDER. **Merk uns Taschenbuch fur Lehrer an deutschen Schulen in Brasilien**. São Leopoldo: Rotermund, 1931.

LUTTERBECK, SJ, Pe. Jorge. **Jesuítas no sul do Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, Publicações Avulsas n. 3, 1977.

LZ: Lehrerzeitung. **Vereinsblatt des Deutschbrasilianische Lehrervereins in Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1907-1939, fev. 1924, p. I; mar. 1924, p. 1-2. (De 1900 a 1907, o título foi: Mitteilungen des deutschbrasilianische Lehrervereins in Rio Grande do Sul).

PAIVA, César. **Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik**. Dissertation zur Erlangung der Wuerde des Doktors der Philosophie der Universitaet Hamburg. Hamburg, 1984.

\_\_\_\_\_. Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul. O nazismo e a política de Nacionalização. In: Educação e Sociedade. In: **Revista Quadrimestral de Ciência da Educação**, Campinas, ano 9, n. 26, p. 5-28, abr. 1987.

RABUSKE, SJ, Pe. Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã do Rio Grande do Sul. In: **Anais do 1 Q Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã do RS**. São Leopoldo, Comissão Organizadora do Simpósio, 1974.

RAMBO, SJ, Pe. Balduíno. A imigração alemã. In: **Enciclopédia Riograndense**. O Rio Grande antigo, v. 1, Canoas: Editora Regional, 1956.

RENK, Valquíria E. A nacionalização do ensino no Paraná. In: Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, n. 13, p. 91-105, nov. 2005.

SCHUPP, SJ, Pe. Ambros. **Die deutschejesuiten-Mission in Rio Grande do Sul**. Wiederherstellung und Herausgabe von Pater Arthur Rabusque, SJ. São Leopoldo: UNISINOS, 1974. (Separata do SKT PAULUSBLATT).

SOUZA, J. P. Coelho. **Denúncia**: o nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Thurmann, 1941.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

VÁRIOS AUTORES. **Uma epopeia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

WACHOWICZ, Ruy Critovam. As escolas da colonização polonesa no Brasil. In: **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, v. 2, p. 13-110, 1970.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1946.